OLHARES

A VIOLÊNCIA POLICIAL NO COTIDIANO DAS/OS **PSICÓLOGAS/OS NAS POLÍTICAS PÚBLICAS**

Conselho Regional de PSICOLOGIA SP

A VIOLÊNCIA POLICIAL NO COTIDIANO DAS/OS **PSICÓLOGAS/OS NAS POLÍTICAS PÚBLICAS**

Conselho Regional de PSICOLOGIA SP

Conselho Regional de PSICOLOGIA SP

EXPEDIENTE

Diretoria
Presidenta | Luciana Stoppa dos Santos
Vice-presidenta | Larissa Gomes Ornelas Pedott
Secretária | Suely Castaldi Ortiz da Silva
Tesoureiro | Guilherme Rodrigues Raggi Pereira

Conselheiras/os
Aristeu Bertelli da Silva (Afastado desde 01/03/2019 - PL 2068ª de 16/03/2019)
Beatriz Borges Brambilla
Beatriz Marques de Mattos
Bruna Lavinas Jardim Falleiros (Afastada desde 16/03/2019 - PL 2068ª de 16/03/2019)
Clarice Pimentel Paulon (Afastada desde 16/03/2019 - PL 2068ª de 16/03/2019)
Ed Otsuka
Edgar Rodrigues
Evelyn Sayeg (Licenciada desde 20/10/2018 - PL 2051ª de 20/10/18)
Ivana do Carmo Souza
Ivani Francisco de Oliveira
Magna Barboza Damasceno
Maria das Graças Mazarin de Araújo
Maria Mercedes Whitaker Kehl Vieira Bicudo Guarnieri
Maria Rozineti Gonçalves
Maurício Marinho Iwai (Licenciado desde 01/03/2019 - PL 2068ª de 16/03/2019)
Mary Ueta
Monalisa Muniz Nascimento
Regiane Aparecida Piva
Reginaldo Branco da Silva
Rodrigo Fernando Presotto
Rodrigo Toledo
Vinicius Cesca de Lima (Licenciado desde 07/03/2019 - PL 2068ª de 16/03/2019)

Comissão de Políticas Públicas e Centro de Referência Técnica em Psicologia e Políticas Públicas (CREPOP) do CRP SP
Beatriz Borges Brambilla
Ana Paula Santana Rodrigues
Brenda Dantas Barros
Jéssica Lima Batista
Edson Ferreira Dias Jr.

Organização do conteúdo
Laila Bellix e Paulo Motoryn

Projeto gráfico e editoração
Paulo Motoryn

Ilustrações
Alberto Tassinari e Mily Mabe

Coordenadora de Relações Externas do CRP SP
Julia Rezende Ribeiro

Comissão de Comunicação do CRP SP
Ivani Oliveira

Fotos
Murilo Salazar | Vaidapé
André Zuccolo | Vaidapé
Paula Serra | Vaidapé
Fernando Netto | Vaidapé

O QUE VOCÊ VAI **ENCONTRAR AQUI?**

07 APRESENTAÇÃO

10 DA VIOLÊNCIA DE ESTADO À **VIOLÊNCIA POLICIAL**

15 **A VIOLÊNCIA POLICIAL NO COTIDIANO** DAS/OS PSICÓLOGAS/OS NAS POLÍTICAS PÚBLICAS

19 **METODOLOGIA E RESULTADO** DAS OFICINAS NO CRP-SP

André Zuccolo
YVaidapé

APRESENTAÇÃO

O que a Psicologia tem a ver com a violência de Estado?

O estado de São Paulo é marcado por grandes aglomerados populacionais e profundas desigualdades sociais. São mais de 44 milhões de habitantes, em quase 250 mil quilômetros quadrados, representando 21,6% da população brasileira.

É na experiência objetiva e subjetiva do viver na cidade ou no campo que constituímos nossas relações, afetos, memórias e sentimentos. Somos as artes, as culturas. Somos as múltiplas histórias e trajetórias do povo brasileiro que construiu e constrói diariamente nosso estado de São Paulo, considerado o "motor da economia", muitas vezes o símbolo do desenvolvimento.

Mas somos, também, o retrato das profundas mazelas sociais. Neste material o Conselho Regional de Psicologia de São Paulo propõe uma reflexão sobre as diferentes marcas no cotidiano das psicólogas e psicólogos em relação às experiências de violência.

Os últimos indicadores demonstram o

caótico cenário. Em 2019, o IBGE apontou 3,7 milhões de desempregados no estado. A crise econômica também fez o total de pobres em São Paulo crescer, atingindo 14,9% da população, também segundo o IBGE.

Outra marca é a própria violência perpetrada pelo Estado, entre elas, a violência policial que se faz muitas vezes naturalizada, considerando a legitimidade simbólica do uso da força policial pelo Estado brasileiro.

Para além das manchetes:
a forma como a violência se expressa no cotidiano das psicólogas/os que atuam nas políticas públicas foi tema de oficinas promovidas no CRP-SP.

UOL SEGURANÇA PÚBLICA

Em SP, 64% das pessoas mortas pela PM no ano passado eram pretas ou pardas

ponte

PM de SP bate recorde de mortes e não reduz crimes

ESTADÃO

Polícia de SP mata mais de dois suspeitos por dia em 2019 e letalidade tem alta de 8% no trimestre

Estado registrou 213 mortes de suspeitos no 1º trimestre e secretário diz que aumento é causado pela agilidade policial e por uma "criminalidade aguerrida". Indicadores registram queda de crimes como roubos e homicídios

G1 SÃO PAULO

'Não é boa opção enfrentar a polícia de SP', diz secretário da PM após ação com 11 mortos em Guararema

A história das polícias no Brasil é expressão da própria tradição colonial de nosso país, as agências policiais contemporâneas são fundamentadas nos mesmos princípios racistas, arbitrários, classistas e seletivos, decorrendo em custos incalculáveis para a sociedade, sobre os quais a Psicologia tem o dever de se debruçar.

Mas o que podemos fazer perante um cenário tão brutal? Como identificamos as violências de Estado no cotidiano das psicólogas e psicólogos? Qual a dimensão psicossocial da violência policial? O que fazer? **Estas questões balizaram a construção desta cartilha.**

Nosso Código de ética profissional prevê uma atuação crítica e responsável, visando a desnaturalização das situações de violência, opressão e abuso de poder, conforme identificamos nos princípios fundamentais:

I. O psicólogo baseará o seu trabalho no respeito e na promoção da liberdade, da dignidade, da igualdade e da integridade do ser humano, apoiado nos valores que embasam a Declaração Universal dos Direitos Humanos.

II. O psicólogo trabalhará visando promover a saúde e a qualidade de vida das pessoas e das coletividades e contribuirá para a eliminação de quaisquer formas de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.

III. O psicólogo atuará com responsabilidade social, analisando crítica e historicamente a realidade política, econômica, social e cultural.

IV. O psicólogo atuará com responsabilidade, por meio do contínuo aprimoramento profissional, contribuindo para o desenvolvimento da Psicologia como campo científico de conhecimento e de prática.

V. O psicólogo contribuirá para promover a universalização do acesso da população às informações, ao conhecimento da ciência psicológica, aos serviços e aos padrões éticos da profissão.

VI. O psicólogo zelará para que o exercício profissional seja efetuado com dignidade, rejeitando situações em que a Psicologia esteja sendo aviltada.

VII. O psicólogo considerará as relações de poder nos contextos em que atua e os impactos dessas relações sobre as suas atividades profissionais, posicionando-se de forma crítica e em consonância com os demais princípios deste Código.

Diante de princípios fundamentais do nosso código de ética profissional é fundamental assumirmos uma postura responsável de defesa e garantia de direitos das populações atendidas.

Fernando Neto
YVaidapé

DA VIOLÊNCIA DE ESTADO À **VIOLÊNCIA POLICIAL**

Um problema para a psicologia

Por Brenda Dantas Barros e Jéssica Lima Batista*
Estagiárias de Psicologia do Centro de Referência Técnica em Psicologia e Políticas Públicas do CRP SP

Como psicólogas e psicólogos, temos um dever ético-político de enfrentar as desigualdades sociais, explicitar as formas de violência e a consequente produção de sofrimento psíquico oriundo das distintas manifestações da violência praticada pelo Estado.

Coletivos de profissionais e representantes de movimentos populares juntamente ao Conselho Regional de Psicologia têm pautado e denunciado as implicações psicossociais das múltiplas violências perpetradas a grupos populacionais específicos, as juventudes, em especial, negras, e as mulheres.

Face a este cenário desigual, vale refletir sobre as formas legitimadas de violência de Estado, autorizadas em seu uso da força ou pela ótica do deixar morrer,

[1] Estágio supervisionado pela psicóloga Beatriz Borges Brambilla, CRP 06/98368, Conselheira Coordenadora da Comissão de Políticas Públicas e Centro de Referência Técnica em Psicologia e Políticas Públicas do CRP SP.

expressa na ausência de políticas sociais que assegurem à população brasileira medidas de promoção, defesa e garantia de direitos. Citaremos algumas situações cotidianas, expressões da desigualdade abissal em nosso país, que se manifesta de maneira escancarada ou mais sutil, como o caso da naturalização da população em situação de rua: estima-se que mais de 100 mil pessoas no Brasil não tenham acesso à moradia[1].

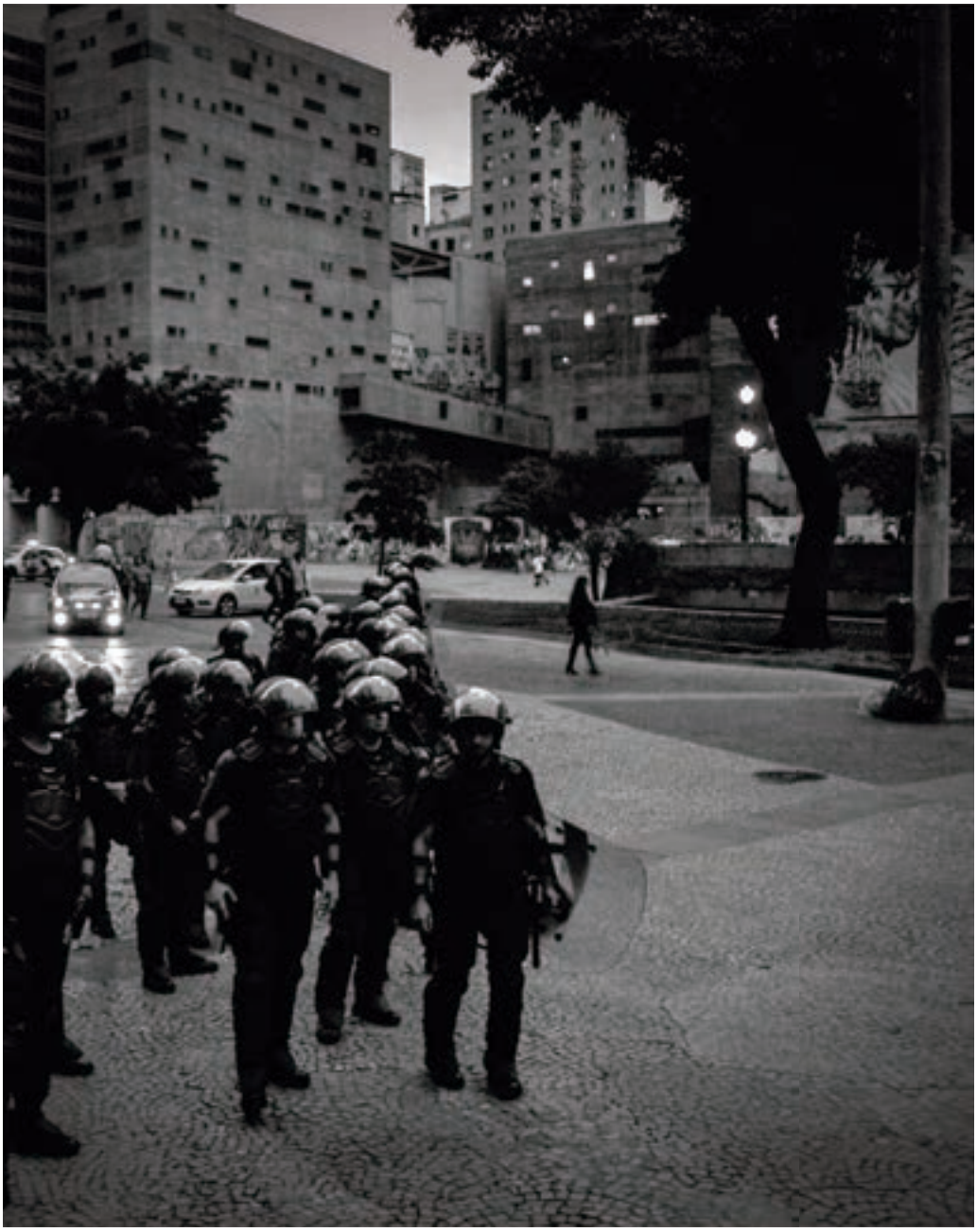
Essas pessoas sofrem com o desamparo do Estado, que lhes nega os direitos mais fundamentais. Outra frequente forma de violência, silenciada e ocultada das notícias de jornais e da grande mídia, refere-se às formas de extermínio dos povos indígenas, que não tem acesso às terras que lhes são de direito. O direito dos povos indígenas está assentado no direito a existir em seu território, com memória e história. Identifica-se um processo agudo de subnotificação dos casos de violência contra os povos indígenas, que ainda assim retrata, conforme o relatório do Conselho Indigenista Missionário[2], pelo menos 110 casos de assassinato, 702 casos de mortalidade na infância e 128 casos de suicídio em 2017. Estes números apontam para uma realidade de desassistência, negação de direitos básicos, racismo e discriminação étnico-cultural que impactam nos fatores de mortalidade destes povos.

A violência contra as mulheres também é uma faceta dessa realidade: tivemos 49497 estupros registrados só em 2016[3], e uma taxa de feminicídios de 4,8 para cada 100 mil mulheres, a quinta maior do mundo[4].

A LGBTfobia traz outro cenário preocupante: segundo o Grupo Gay da Bahia (GGB), as denúncias de homicídios motivados por LGBTfobia registradas através do disque 100, canal que recebe, analisa e encaminha denúncias de violações de direitos humanos, cresceram de 5 casos em 2011 para 193 casos em 2017[5]. Estes números mascaram uma realidade ainda mais perigosa para essas populações, pois a tipificação desses crimes ainda divide as autoridades e órgãos responsáveis.

A violência expressa-se em nossa sociedade como um padrão objetivo e subjetivo de dominação-exploração e subjugação de diferentes existências humanas. Produz-se através das violências, uma naturalização simbólica das desigualdades, legitimando hierarquias sociais, atribuindo e qualificando a noção de “sujeitos válidos e inválidos”. Tais dimensões também são operacionalizadas a partir da omissão e negligência do Estado brasileiro no enfrentamento e reparação de tais formas de sofrimento, segregação e dominação.

A violência policial, enfoque da presente publicação, é a expressão mais direta da violência de Estado. Na história recente de nosso país vivenciamos inúmeras situações emblemáticas fruto da violência policial cruzada ao etarismo, capacitismo, machismo, racismo e classismo. Ainda, assim, não há políticas públicas efetivas para a reparação da violência de Estado, amparando e contribuindo para elaboração das dores e o resgate da memória crítica, podendo assim reconstruir narrativas sociais.

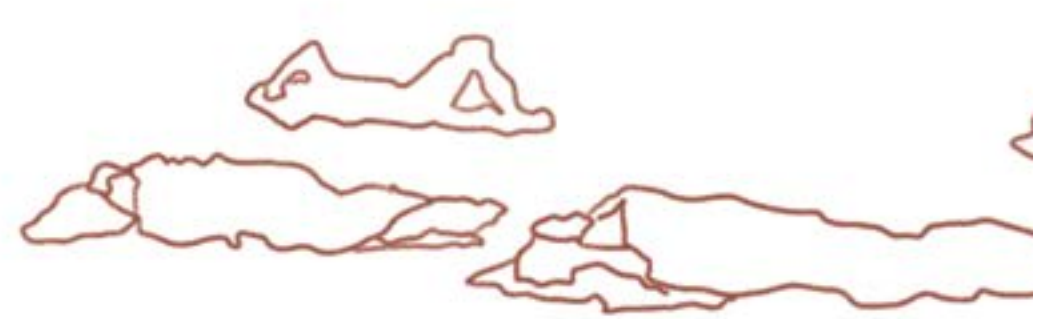


André Zuccolo
YVaidapé

Consideramos que para que haja o processo de reparação histórica, social e pública das violências, as mesmas precisam ser reconhecidas. O Estado brasileiro precisa reconhecer as formas de violência perpetradas por ele, especialmente, através das forças policiais. As formas de sofrimento de pessoas e famílias vítimas de violência de Estado foram explicitadas por inúmeros coletivos organizados da sociedade civil em denúncia por justiça e reparação, como identificamos nos relatos das Mães de Maio:

"Aí começou a peregrinação. Ninguém queria saber da nossa dor: delegacias, Ministério Público, vereadores... Ninguém. (...) As autoridades falavam que quem tinha matado nossos filhos foi o PCC", conta Debora Maria, sobre o assassinato de seu filho Rogério pelo Estado brasileiro, em maio de 2006.

Este relato, contido no livro Mães de Maio – Do luto à luta[6], é ecoado por Ednalva Santos, que além de ter que se responsabilizar pessoalmente pela investigação do assassinato de seu filho



Alberto Tassinari
Ilustração

Marcos – fato comum nestes casos –, foi criminalizada por isso: “e por conta de nossa luta toda ao longo desses anos, já cheguei a parar até na cadeia, acusada de tráfico de drogas, enquadrada por policiais, que forjaram esta acusação pois queriam e querem que eu pare de falar que foram eles que mataram meu filho. Mas o Ministério Público e uma série de testemunhas conseguiram provar que eu era inocente.”.

Evidencia-se, assim, o cenário de reparação impossível para essas famílias. A dor da morte de um filho soma-se à humilhação de ser colocada no mesmo lugar de suspeita que deu ao agente policial o aval para matar. O não reconhecimento do crime transpõe a violência material em simbólica, num processo chamado de revitimização: ao entrar em contato com os órgãos e agentes responsáveis por trazer respostas e justiça ao caso, os familiares encontram o desamparo de um sistema que legitima, pela impunidade, as execuções sumárias cometidas por seus agentes. Do outro lado, a garantia de qualquer direito é negada àqueles entendidos como suspeitos por um agente policial.

O processo de revitimização pode ser exemplificado, de forma extrema, com trecho de um dos casos contidos na denúncia apresentada pela Defensoria Pública do Estado de São Paulo[7], sobre os crimes de Maio: “durante o velório, diversas viaturas policiais ficavam passando defronte ao local, cantando seus pneus e dirigindo em alta velocidade. (...) Essa intimidação policial que ocorreu no velório não foi investigada pelas autoridades”.

E, assim como os crimes não são reconhecidos e reparados individualmente, a violência de Estado perpetrada pelas polícias é invisibilizada também enquanto fenômeno social, que tem sua existência negada assim como os sujeitos que com ela sofrem. Perde-se assim a chance de reflexão sobre seus processos e efeitos, dificultando o estabelecimento de estratégias de prevenção e combate.

Diante das profundas mazelas físicas e simbólicas nas vidas das vítimas de violência de Estado, nos perguntamos sobre o compromisso social da Psicologia e das instituições no desenvolvimento de ações de proteção

Alberto Tassinari
Ilustração

> "AÍ COMEÇOU A PEREGRINAÇÃO. NINGUÉM QUERIA SABER DA NOSSA DOR: DELEGACIAS, MINISTÉRIO PÚBLICO, VEREADORES... NINGUÉM. (...) AS AUTORIDADES FALAVAM QUE QUEM TINHA MATADO NOSSOS FILHOS FOI O PCC".
>
> .
> Debora Maria, sobre o assassinato de seu filho Rogério, em maio de 2006.

e defesa de direitos sociais, de viver com dignidade. A Psicologia, como ciência e profissão, muito tem a colaborar com estratégias e ferramentas de acolhimento psíquico, de ressignificação de dores e relações que são subalternizadas a partir de mecanismos de opressão e violência. Se não está nas mãos de psicólogas/os a superação da violência de Estado, nos cabe esmiuçar as relações objetivas e subjetivas que sustentam tais mecanismos.

O problema está na nossa frente, nos resta saber o que fazer. Os índices de violência só crescem: os dados do Fórum Brasileiro de Segurança Pública[8] informam que a letalidade policial mais que dobrou nos últimos cinco anos. O Brasil tem hoje a segunda polícia que mais mata seus cidadãos na América Latina, perdendo apenas para El Salvador. Os números da Ouvidoria da Polícia Militar de São Paulo apontam que as mortes cometidas por PMs voltaram a crescer também nesse estado. Entre janeiro e março de 2019, 203 pessoas foram mortas por policiais militares.

Só no mês de março, foram 76 mortos, 46% a mais que em março de 2018. Fato é que tais violências produzem sofrimento ético-político, e devemos observar a dimensão subjetiva deste fenômeno. As/os psicólogas/os são convocadas a isso, ao se depararem com a violência e seus efeitos em trabalho nas políticas públicas. Buscamos, nesta publicação, provocar reflexões e orientações sobre esta questão.

A VIOLÊNCIA POLICIAL NO COTIDIANO DAS/OS **PSICÓLOGAS/OS NAS POLÍTICAS PÚBLICAS**

Por
Ana Paula Santana Rodrigues
Membra da Comissão de Políticas Públicas do CRP SP

Encontrar psicólogas e psicólogos atuantes em equipamentos de diferentes políticas públicas dispostas/os a participar do processo de construção de uma cartilha de orientação às/os psicólogas/os sobre violência policial não foi uma tarefa difícil. As/os psicólogas/os sempre recebiam os convites com interesse em falar e ouvir sobre esta temática e pontuando a importância de o Conselho Regional de Psicologia produzir um material sobre este tema. A reação já demonstra como este é um problema presente no cotidiano das/os psicólogas/os e como a violência policial é um tema também da Psicologia.

Foi possível perceber no decorrer das oficinas como ao perguntarmos sobre violência policial, além dos abundantes e impactantes relatos de situações de violência produzidas pela polícia, também surgiram reatos de situações em que a polícia não estava diretamente envolvida, mas que falavam de uma violência de Estado cruel.

O que nos leva para uma questão que foi bastante enfatizada pelas/os psicólogas/os durante esse processo que é que ao falar sobre violência policial fala-se sobre violência de Estado, sendo a violência policial uma das formas de concretização da opressão por parte do Estado.

Murilo Salazar
Vaidapé

Opressão esta, segundo as/os participantes das oficinas, baseada em uma cultura racista e colonialista, destinada, portanto, a determinados grupos contra os quais a violência e a letalidade está legitimada pelo Estado, sendo estes a população negra, a população em situação de pobreza e vulnerabilidade, a população periférica, a população jovem. Ao olharmos os dados produzidos pelos Atlas da Violência e pelos Anuários de Segurança Pública são sempre eles que encontramos em grande maioria como as vítimas da letalidade policial: os homens, negros, jovens e moradores de áreas periféricas das cidades. É importante .

A VIOLÊNCIA POLICIAL ABRANGE MAIS DO QUE AS MORTES PRODUZIDAS PELAS POLÍCIAS E MAIS QUE OS ATOS DE VIOLÊNCIA FÍSICA EM ABORDAGENS POLICIAIS

pontuar que a violência policial abrange mais do que as mortes produzidas pelas polícias e mais que os atos de violência física em abordagens policiais.

A violência policial aparece no cotidiano de trabalho das/os psicólogas/os quando estas/es têm que lidar com o luto, a revolta, o medo, o desespero de familiares e amigos que perdem uma pessoa assassinada pela polícia. Aparece quando as/os psicólogas/os lidam com o medo e a fragilização de pessoas, especialmente jovens, ameaçados de morte por policiais e precisam atuar na articulação de uma rede para proteger essas vidas. A violência policial aparece ainda quando precisam trabalhar a humilhação, a raiva, o ódio, a revolta produzidos pelas abordagens policiais violentas a adolescentes e jovens negros e periféricos, a pessoas em situação de rua, a pessoas que já passaram pelo sistema carcerário, a jovens que já passaram pelos sistema socioeducativo. Em serviços que trabalham com adolescentes e jovens, as/os psicólogas/os acompanham situações de jovens que têm cerceado o seu direito de ir e vir, não podendo circular por determinados bairros da cidade sem

André Zuccolo
Vaidapé

EM GRANDE MAIORIA, AS VÍTIMAS DA LETALIDADE POLICIAL SÃO:

NEGROS, JOVENS E MORADORES DE ÁREAS PERIFÉRICAS DAS CIDADES

serem constantemente abordados por policias de forma violenta; de jovens que precisam ir aos atendimentos acompanhados de suas mães ou namoradas para serem menos abordados pela polícia; de jovens que antes de sair de casa memorizam tudo o que carregam em seus bolsos para poderem dizer aos policiais quando forem abordados, numa tentativa de sofrer menos violência. As/os psicólogas/os que atuam em serviços que trabalham com imigrantes e refugiados precisam lidar com casos de imigrantes africanos, que por vezes vivenciam o racismo pela primeira vez, sendo xingados e humilhados ao chegarem nos aeroportos brasileiros, passando dias no "conector" do aeroporto sem condições de higiene ou de conforto mínimas e ainda tendo impasses criados pela Polícia Federal para regularização da documentação quando ficam no país. Psicólogas/os que atuam com mulheres vítimas de violência lidam com situações de mulheres que vão às delegacias buscar ajuda em razão da violência que sofreram em casa e lá são novamente violentadas por policiais. As/os psicólogas/os lidam com a violência policial ao atenderem no sistema socioeducativo e no sistema carcerário pessoas presas injustamente por policiais que forjam situações de crime.

As/os psicólogas/os lidam com a violência policial ao presenciarem em seu ambiente de trabalho policiais tratando a população de forma irônica, autoritária, desrespeitosa, fazendo piadas, entre outros tratamentos que muitas vezes nem são identificados pelas pessoas que sofrem como violência. As/os psicólogas/os também convivem com a violência policial em

situações em que o equipamento onde atuam é invadido pela polícia de forma arbitrária e violenta, por vezes utilizando-se de gás lacrimogênio e bombas, em um ato de criminalização dos usuários atendidos ali e também dos profissionais. Psicólogas/os lidam com a violência policial ao colocarem os seus para impedir que essas invasões violentas da polícia aconteçam em seus locais de trabalho. As/os psicólogas/os lidam com a violência policial em situações em que a própria direção/coordenação do equipamento onde atuam chama a polícia para resolver situações de conflito e as/os psicólogas/os têm de se posicionar frente esta atitude e à atuação da polícia no espaço.

Durante o processo de construção desta cartilha, as/os psicólogas/os pontuaram como essas diversas formas de violência passam por vezes despercebidas ou ignoradas pelas/os profissionais que atuam nos equipamentos públicos de atendimento à população, sendo assim naturalizadas. Uma questão importante levantada pelas/os participantes do processo de construção desta cartilha sobre lidar com esses casos é a forte sensação de impotência que eles geram nas/os profissionais e o sofrimento por acompanhar tantas violações e tantas mortes. Frente a isso, foi enfatizado a importância de falarmos sobre essas violências e entendermos como elas acontecem e como podemos lidar com elas, tanto no atendimento às pessoas que as sofrem, como nos fluxos de encaminhamentos a serem dados a cada caso. E, além disso, a importância do cuidado também das/os profissionais.

A violência policial trata-se, portanto, de uma questão complexa e que exige nosso olhar, nossas reflexões, nosso posicionamento. Que juntas repensemos e reestruturaremos nossas práticas para que esses processos de violência sejam identificados e nossa atuação aconteça no sentido do acolhimento de quem sofre esses processos e de enfrentamento às estruturas que mantêm a legitimação dessas violências.

Não sejamos coniventes! Não sejamos nós as/os violadoras/es! Este é o compromisso social da Psicologia de não conivência e de enfrentamento a qualquer forma de discriminação, violência, crueldade e opressão e de defesa intransigente dos direitos humanos.

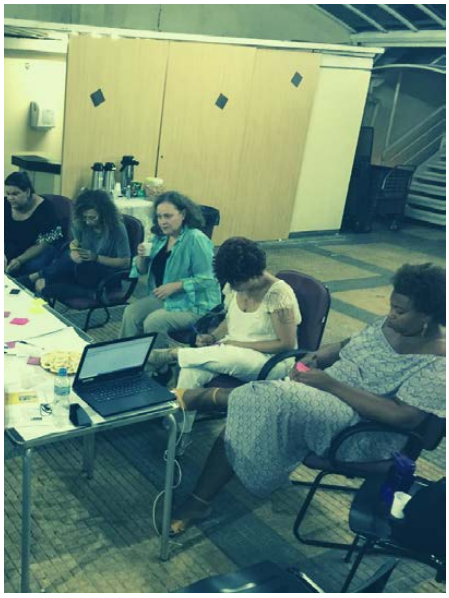
AS OFICINAS

As oficinas reuniram psicólogas/os que atuam nas políticas públicas, a partir de um chamado da Comissão de Políticas Públicas do Conselho Regional de Psicologia de São Paulo. No total, estiveram presentes mais de 50 psicólogas/os em atividades realizadas na sede do CRP-SP.

Foram estruturados quatro grupos, divididos de acordo com as seguintes áreas de atuação: assistência social, saúde, educação e sistema de justiça

A proposta era entender os diferentes olhares sobre o tema da violência policial, investigando a forma com que o fenômenos aparece na atuação profissional de psicólogas/os que estão em equipamentos e serviços públicos.

FOTOS:
Paulo Motoryn
e Laila Bellix.



OBJETIVO E ORGANIZAÇÃO DAS **OFICINAS**

O passo-a-passo do processo, seus objetivos e resultados estão estampados neste material de forma a permitir a replicação da metodologia.

PASSO

01 **Construir** uma nuvem de palavras sobre Violência de Estado e Policial, realizando uma caracterização semântica do tema

02 **Definir** a Violência de Estado e Policial, a partir da construção coletiva de uma definição das psicólogas/os para o conceito

03 **Compartilhar** casos para entender como a violência aparece nos equipamentos e serviços públicos

04 **Entender** os sujeitos envolvidos nos casos e levantar as consequências psicossociais para cada um deles

05 **Debater** o papel e as práticas das psicólogas/os que atuam nas políticas públicas em casos de Violência de Estado e Policial?

PASSO 1

A NUVEM DE **PALAVRAS**

A atividade disparadora das oficinas com psicólogas/os que atuam nas políticas públicas foi a construção de uma nuvem de palavras que viessem à cabeça das participantes quando foi apresentado o tema da violência policial.

As nuvens foram construídas durante cada uma das quatro oficinas realizadas. As/os psicólogas/os puderam escrever até 10 palavras que vieram à cabeça, inseridas numa plataforma online que permitiu a organização dos resultados.

O resultado da nuvem é uma representação visual da frequência das palavras. O tamanho é usado para destacar com que frequência um termo aparece. Quanto mais vezes uma palavra-chave foi lembrada, maior e mais forte será a palavra-chave.

A proposta da atividade era introduzir o tema a partir de uma caracterização semântica, na perspectiva das psicólogas/os que lidam com uma série de casos de violência de estado.

Nos quatro grupos surgiram reflexões potentes sobre o resultado da dinâmica.

SOFRIMENTO
DIVIDA
TESTEMUNHO
DESESPERO
ESCULACHO
HUMILHAÇÃ
UTALIDADE
REVISTA
AUTORITARIS
MINAÇÃO
EXTERMÍN
SILÊNCIO
ETIQUETAMENTO
NEGROS
COLONIZ
POLÍCIA
ABUSO
SUICÍDIO
LUTO
HORROR
DILEMA
DESEQUILÍBRIO
PERIFE
ÓDIO
CORRUPÇÃO
GÊNERO
ESCRAVIDÃO
ESTRUTURA
FALTA
NECROPOLÍTI
MOR
RACISMO
FAMÍLIA
POBREZA
PODER
CONT
VIOL
VIDA
DIREITOS
INSTITUCIONALIZAÇÃO
COR
ENCAMINHAMENT
OPRESSÃO
AUT
ALIE
RAIVA
IGNORÂ
REVOLT
LASSE
INDEFESO
EXCESSO
DESIGUALDADE
IRRESPONSABILIDADE
ARBITRARIEDADE
TAPA
SEGR
VIOLÊNCIA
VÍTIMA
FRAUDE
DESMENTIDO
PRECONCEITO
REPRESSÃ
IMPOTÊNCIA
JOVENS
TRUCULÊNCIA
DESUMANIZAÇÃO
MÃES_DE_MAIO
DECOMPOSIÇÃO

PASSO 2

CONSTRUINDO UMA DEFINIÇÃO

O segundo passo das oficinas tinha o desafio de construir um verbete para a violência policial, definindo o conceito a partir da experiência profissional de cada uma das psicóloga/os. A proposta era caracterizar o fenômeno a partir de frases curtas e informativas que sintetizam o tema.

VIOLÊNCIA POLICIAL É...

Ação e ideia que provoca sofrimento coletivo e individual em determinada parcela da sociedade - que tem seus direitos constitucionais permanentemente negados.

Abuso de poder do Estado e seus representantes, como uma forma de controle social da juventude negra, pobre e periférica, obedecendo uma estrutura de gênero, raça e classe.

Uma relação de opressão onde impera o poder, divisão de classes, e o preconceito.

Uma das formas de violência promovidas pelo Estado contra determinados corpos, produzindo medo, humilhação, sofrimento e morte.

PASSO 3

COMPARTILHANDO **HISTÓRIAS**

A violência policial é um fenômeno complexo, pois vai muito além da violência física. Como isso aparece no cotidiano das psicólogas que atuam nas políticas públicas? A busca pela resposta guiou o momento mais delicado das oficinas, em que as/os psicólogas/os compartilharam uma série de casos em que a violência se expressou nos equipamentos e serviços em que atuam ou então na escuta clínica.Por quê contar?

Contar uma história de violência não é um exercício simples. Pelo contrário. Por quê, então, optamos por essa atividade durante as oficinas? E mais, por quê publicá-las neste material? Escolhemos alguns dos casos relatados, ainda que envolvam situações bastante delicadas, por uma série de motivos, sendo o principal deles o fato de acreditar que nos ajudam entender a complexidade das situações.

Outro aspecto fundamental ao aprofundar o olhar para casos de violência vivenciados ou ouvidos pelas psicólogas é a introdução da dimensão humana por trás de algo tão cruel.

Mais do que isso, os relatos foram uma intensa experiência de interação, que se estabeleceu e aproximou os sujeitos envolvidos, promovendo a empatia, tão necessária para a construção de diálogos e reflexões sobre o tema. Os casos abaixo tiveram nomes alterados e informações sensíveis suprimidas.

Em muitos deles, não há participação direta das/os psicólogas/os ou não se relacionam diretamente às possíveis intervenções profissionais. De toda forma, ajudam a ilustrar variadas formas de expressão da violência policial no cotidiano das profissionais.

Imigrantes denunciam humilhação e racismo na chegada ao Brasil

Eu percebo todos os dias a violência na relação entre a Polícia Federal e o imigrante. Eu escuto relatos diários sobre agressões verbais e humilhações. Já ouvi de tudo. Um exemplo revoltante é que eles passam dias e dias no "conector", um serviço dentro do aeroporto para casos de imigração não definidos, sem condições adequadas de higiene e sem informações se poderão ficar no Brasil.

Adolescente é abordado pela Polícia com a mãe ao seu lado

Um adolescente me relatou que foi abordado pela Polícia Militar, o que poderia até ser corriqueiro, mas com um fato agravante: ele estava na companhia da sua mãe. Isso aconteceu sem ter nenhum indício de crime naquela ocasião. Ele diz que tem a sensação de que não pode circular, nem mesmo estando com alguém que não representa uma ameaça. O que vi foi um sofrimento por não ter direito de ir e vir, de circular, de existir.

Polícia só permite manifestação pelo bairro se "revistar todo mundo"

Um caso recente foi em novembro do ano passado. Nós ficamos mais de dois meses organizando um ato com usuários, um ato que partiu deles, de uma revolta deles. Foi porque um usuário tinha sido morto por intoxicamento, mas por negligência do estado.

Foi um ato público com muita gente. Nós visamos Prefeitura, CET e Polícia. No dia, fomos receber a Polícia. Falaram que a gente só sairia se revistassem a todos nós. Diziam que era porque tem gente com antecedentes. Era inegociável. Nos reunimos primeiro entre a equipe e enquanto equipe decidimos cancelar o ato.

Espaço de convivência é atacado com bombas de gás e spray de pimenta

A GCM (Guarda Civil Metropolitana) estava realizando uma ação nas imediações do centro de convivência que trabalhava, tudo normal, até que eles invadem o espaço à procura de um indivíduo.

Eles diziam que a pessoa supostamente revidou a uma abordagem realizada por eles. Do nada, vieram bombas de gás e sprays de pimenta, num lugar repleto de idosos, mulheres e funcionários. Tudo isso à procura de um indivíduo que nem estava lá.

Estudante que ocupou sua escola é torturado

Um estudante de 16 anos, que participou das ocupações secundaristas em 2016, estava voltando pra casa, num trem da CPTM, e sentiu que estava sendo vigiado. Quando ele desceu, foi arrastado para uma salinha dentro da estação e lembra de ter apanhado até desmaiar. Um taxista achou ele numa na estação grajaú e já eram 4 e meia da manhã. O estudante foi pro hospital, muito machucado.

PASSO 4

OS SUJEITOS E OS EFEITOS

A violência policial tem endereço,raça/cor e classe social. São as pessoas que moram nas periferias, em sua maioria negras e pobres, as que mais sofrem com a violência.

O quarto exercício realizado durante as oficinas com as psicólogas se preocupou em lançar um olhar para a questão.

QUEM SÃO OS SUJEITOS ENVOLVIDOS E AFETADOS PELA VIOLÊNCIA POLICIAL?

Sujeitos Envolvidos | A lista destaca os sujeitos identificados com maior frequência, no entanto, existem uma série de outros atores envolvidos.
NEGROS/AS | PERIFÉRICOS/AS | CRIANÇAS E ADOLESCENTES | DIREÇÃO DA ESCOLA | PROFESSORES/AS | POLICIAIS | MÃES | SERVIÇOS DE SAÚDE | CONSELHO TUTELAR | TERRITÓRIOS

É notório que a violência possui uma série de efeitos psicossociais e, mais ainda, que eles variam de acordo com cada um dos sujeitos expostos aos casos. As psicólogas/os presentes nas oficinas listaram os efeitos que mais aparecem nos equipamentos e serviços públicos.

Efeitos psiciossociais | A lista é reflexo do debate feito entre as participantes das oficinas, portanto, existem uma série de outros aspectos que não apareceram.
MEDO | VIOLÊNCIA | PRIVAÇÃO | CONTROLE | SOFRIMENTO | HUMILHAÇÃO | MORTIFICAÇÃO | ANSIEDADE | IMPLICAÇÕES NA SAÚDE MENTAL | SILENCIAMENTO | RUPTURAS | IMPLICAÇÕES PARA OS VÍNCULOS | MORTE | DEPRESSÃO | SUICÍDIO | SEQUELAS FÍSICAS | SOFRIMENTO EMOCIONAL | TRANSTORNO PÓS TRAUMÁTICO | PERSEGUIÇÃO | ANULAÇÃO | ENFRAQUECIMENTO DOS VÍNCULOS FAMILIARES

PASSO 5

O QUE FAZER DIANTE DA VIOLÊNCIA POLICIAL?

Os desafios do atendimento foram o tema final do processo das oficinas. Diferentes olhares, práticas e caminhos para atuação profissional das psicólogas/os foram levantados, de forma a colaborar para um melhor preparo das/os profissionais em seu exercício profissional.

Acolhimento com afeto, integral e com postura ética coletiva

Escuta qualificada, que destaque as singularidades e sem julgamentos de valores, mesmo que simbólicos

Ficar atento de que **lugar** você escuta (seus valores, objetivos, preconceitos), permitindo que a pessoa expresse livremente seus sentimentos

Chamar pelo **nome** (respeitar as subjetividades e singularidades dos envolvidos)

Reconhecimento da violência que a pessoa sofreu

Validação do relato e do sofrimento para que o processo de assimilação encontre espaço

Exercício de **empatia** às vítimas da violência

Garantia de **sigilo**

Articulação dos demais equipamentos do território

Construção de caminho na **rede** de cuidado e proteção

Relação com órgãos de defesa de direitos e **parceiros**

Coletivização de determinadas situações, tanto com usuários quanto equipe de trabalho e comunidade

Construir, em conjunto com a vítima, a denúncia, oferecendo apoio na busca de soluções e reparações

Compartilhamento de informações pode ser um cuidado importante para o encaminhamento

Preocupação em **cuidar do** cuidador

Fortalecimento desses profissionais, a partir de discussões, formações em relação aos temas, horas livres de estudo e compartilhamento e supervisão

Promover espaços de escuta para acolher, visibilizar e nomear a violência

Respeito aos próprios **limites**

Preservação da capacidade de **estranhamento**

Desnaturalização da violência sofrida

Posicionamento **ético- político** frente à violação de direitos

COMO FAZER UMA NOTIFICAÇÃO DE CASOS DE VIOLÊNCIA POLICIAL EM SP?

OUVIDORIA DA POLÍCIA MILITAR
Você tem a opção de encaminhar sua notificação das seguintes maneiras:
- Email: ouv-policia@ouvidoria-policia.sp.gov.br
- Telefone 0800-177070 das 09:00 às 17:00hs
- Fax (11) 3291-6033
- Carta encaminhada à Rua Japurá, 42 - Bela Vista - São Paulo - SP
- Pessoalmente no mesmo endereço indicado acima no horário das 09:00 às 15:00hs

CORREGEDORIA DA POLÍCIA MILITAR
Você pode fazer a notificação no formulário eletrônico:
- Site: http://www.ssp.sp.gov.br/servicos/denuncias/denuncias_pm.aspx

CORREGEDORIA DA POLÍCIA CIVIL
Você pode fazer sua notificação das seguintes maneiras:
- Endereço: Rua da Consolação, nº 2.333, São Paulo/SP, CEP: 01301-908
- Telefone: (11) 3154-7730
- E-mail: cartoriocentral.corregedoria@policiacivil.sp.gov.br

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

[1] http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=28819

[2] https://cimi.org.br/wp-content/uploads/2018/09/Relatorio-violencia-contra-povos-indigenas_2017-Cimi.pdf

[3] https://public.tableau.com/profile/fbsp#!/vizhome/dignidade_sexual/Dadosemtabela

[4] https://nacoesunidas.org/onu-feminicidio-brasil-quinto-maior-mundo-diretrizes-nacionais-buscam-solucao/

[5] https://grupogaydabahia.com.br/assassinatos/relatorios/

[6] http://media.folha.uol.com.br/cotidiano/2011/05/06/livro_maes_de_maio.pdf

[7] http://legis.senado.leg.br/sdleg-getter/documento/download/7178f199-7425-4902-b920-a2819e118e0e

[8] http://www.forumseguranca.org.br/publicacoes/